

30- FORO DE PRERROGATIVAS

Segue um resumo estruturado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC):

Objeto Principal da PEC

Restringir o **foro por prerrogativa de função** (foro privilegiado) apenas ao **Presidente da República em exercício**, eliminando esse direito para todas as outras autoridades.

Principais Alterações Constitucionais Propostas

1. **Mantém o Foro Apenas para o Presidente:** A competência para processar e julgar o Presidente da República, nos crimes comuns e de responsabilidade, durante o exercício do mandato, fica com o **Supremo Tribunal Federal (STF)**.
2. **Revoga o Foro de Outras Autoridades:** São revogados os dispositivos que concedem foro privilegiado a:
 - a. Vice-Presidente, Ministros de Estado, Comandantes das Forças Armadas.
 - b. Ministros do STF, Procurador-Geral da República e Advogado-Geral da União.
 - c. Deputados, Senadores, Governadores e outras autoridades perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunais de Justiça (TJs) e Tribunais Regionais Federais (TRFs).
3. **Fim do Foro com o Mandato:** A competência do STF para julgar o Presidente se extingue automaticamente com o término do mandato. Os processos em andamento são remetidos para a primeira instância (vara comum).

Disposições de Transição

1. **Remessa de Processos:** Processos em curso envolvendo autoridades que perderam o foro serão enviados aos juízos de primeira instância competentes em até **180 dias**.
2. **Suspensão de Prazos:** Os prazos processuais ficam suspensos por **60 dias** para a adequação e remessa.
3. **Reavaliação de Recursos:** Recursos que discutiam a competência por foro privilegiado serão reavaliados pelos tribunais superiores com base na nova regra.
4. **Leis Infraconstitucionais:** As leis ordinárias (como a Lei de Improbidade Administrativa) devem ser interpretadas de acordo com a nova regra até serem formalmente alteradas.

Fundamentação Técnica e Impactos Esperados

- **Redução de Casos no STF:** O objetivo é liberar o STF e outros tribunais superiores de um excesso de processos, permitindo que se concentrem em suas funções primordiais.
- **Equalização Processual:** Busca tratar autoridades e cidadãos comuns de forma igual perante a lei, após o exercício do mandato.
- **Segurança Jurídica:** A PEC estabelece regras claras e prazos realistas para a transição, evitando insegurança e prejuízos processuais.
- **Regulamentação Futura:** O Congresso Nacional terá **360 dias** para editar uma lei específica regulamentando o processo e julgamento do Presidente da República.

Em síntese

Esta PEC propõe uma mudança radical no sistema de foro por prerrogativa de função no Brasil, mantendo-o **exclusivamente para o Presidente da República enquanto estiver no cargo**. As demais autoridades passam a ser processadas e julgadas pela justiça comum de primeira instância, com regras detalhadas para a transição dos processos já em curso.